

# TEORIAS DO TRABALHO IMATERIAL: PERSPECTIVAS TEÓRICAS

## *THEORYS OF INMATERIAL LABOR: THEORETICAL PERSPECTIVES*

Pollyanna Paganoto Moura\*

### RESUMO

Este trabalho foi elaborado para apresentar de forma sistemática as teorizações a respeito do trabalho imaterial que têm se ampliado de forma significativa nas últimas décadas. As implicações dessas teorizações para a teoria marxista do valor evidenciam a necessidade de se estudar esse tema, cujo cerne é a crença na hegemonia de um novo tipo de trabalho no capitalismo: aquele que não produz uma mercadoria palpável, mas resultados intangíveis e impassíveis de mensuração. A teoria do valor trabalho é considerada, assim, defasada e o conhecimento é tido como o novo dinamizador das relações sociais.

**Palavras-chave:** trabalho imaterial; valor; Marx.

### ABSTRACT

This paper was designed to present in a systematic way the theories regarding the immaterial labor, which have expanded significantly in the last decades. The implications that these bring to the Marxist theory of value highlight the need to study this subject, whose core is the belief in the hegemony of a new kind of labor in capitalism: a labor that does not produce tangible goods, but intangible and immeasurable results. Thus, the labor theory of value is considered outdated, and knowledge is seen as the new dynamic element of social relations.

**Keywords:** immaterial labor; value; Marx.

**JEL:** B29, B51.

## I INTRODUÇÃO

Tentativas de refutar a teoria marxista do valor não são recentes. Elas se originam nas mais diversas fontes, resultando em implicações que atravessam o campo teórico. Surgem, por um lado, em virtude de fortes interesses políticos, e, por outro, devido a uma incompreensão quase que generalizada dessa teoria (CARCANHOLO, 2005). A Revolução Marginalista<sup>1</sup>, datada do final do século XIX, corresponde a uma dessas tentativas, assim como a polêmica questão envolvendo a transformação dos valores em preços, elaboração essa conhecida como os preços de produção<sup>2</sup> de Marx.

---

\* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PPGE/UFRGS. E-mail: pollyanna.paganoto@ufrgs.br

<sup>1</sup> Nesse movimento, três economistas, Jevons, Menger e Walras, publicaram quase que simultaneamente obras que representam até hoje o cerne da ortodoxia neoclássica. Suas teorias consistiam no avanço do utilitarismo e a consequente elaboração da teoria do valor utilidade, fazendo do valor uma relação direta com a utilidade marginal. É desse modo que a refutação da teoria do valor trabalho está dada. Como é a utilidade que atribui o valor aos produtos, a relação com a exploração não pode mais ser sustentada, pois depende da analogia com o trabalho.

<sup>2</sup> “A grande maioria dos ruídos teóricos produzidos por essas tentativas multifárias de resolver aspectos não solucionados na teoria surge naquelas que procuram encontrar solução para a aparente dificuldade apresentada pela problemática da transformação do valor em preço de produção. A teoria dos preços de produção, na sua aparente dificuldade de explicar por que o lucro total não é igual à mais-valia total (problema explicitado

Mesmo que hoje ainda vários teóricos anunciem o fim da teoria do valor trabalho, essa temática tem sido discutida segundo perspectivas cada vez mais renovadas. O principal argumento sobre o qual repousam refere-se à perda da centralidade do trabalho nas sociedades atuais. Podemos observar um processo de intensificação dessas interpretações a partir de meados da década de 1970, após as mudanças engendradas no âmbito do processo de reestruturação produtiva do capital. Essas modificações foram marcadas, sobretudo, por uma redução dos postos de trabalho nas fábricas e incorreram não só numa reorganização do processo produtivo do capital, mas também de seu sistema político e ideológico que perdura até hoje (ANTUNES, 2009). Tais transformações, movidas pela busca da recomposição das taxas de lucro do capital, procuraram realizar uma espécie de integração do trabalhador às atividades por ele desempenhadas, de modo a se contraporem à forma parcelada imanente ao modelo taylorista/fordista em estagnação. Segundo Antunes (2005), as principais consequências desse processo, além da redução dos postos de trabalho fabris, foram a intensificação da jornada e a expansão de atividades dotadas de uma maior dimensão intelectual. Essas modificações geraram impactos não só na classe trabalhadora, como também em muitos pensadores que passaram a ver nessas transformações o surgimento de um novo modo de produção. Dentre eles encontramos os autores do trabalho imaterial.

Esses autores, que aqui representaremos principalmente por André Gorz, Antônio Negri e Maurício Lazzarato<sup>3</sup>, apesar das distintas ramificações que percorrem suas abordagens teóricas, têm em comum três pontos centrais que convergem para um fundamental aspecto: a presumível invalidade da teoria marxista do valor como ferramenta capaz de explicar as modificações contemporâneas do capitalismo. E, de forma diversa às tentativas anteriores de refutação da teoria do valor de Marx, esses teóricos atribuem uma “data de validade” para essa teoria, ou seja, entendem que até um dado momento ela possuía sua relevância, mas agora, diante das modificações observadas no capitalismo, perderia sua capacidade de explicar a realidade. Suas teses se concentram em torno de três argumentos principais: (1) na ideia de imaterialidade de um novo tipo de trabalho que se torna hegemônico no capitalismo contemporâneo, o trabalho imaterial; (2) no seu caráter imensurável, assim como de seus resultados; e (3) na crença num potencial revolucionário presente nesse trabalho, “uma vez que ele escaparia, a priori, da lógica do capital” (DA SILVA; FERREIRA, 2009, p. 2).

Dado o alcance que esse debate vem conquistando somado às consequências desastrosas ao paradigma teórico marxista que ele propõe, percebemos a necessidade de se compreender os argumentos que o sustentam, com intuito tanto de apontar seu potencial analítico para compreensão do capitalismo contemporâneo como de evidenciar aqueles elementos que ainda precisam ser alvo de análise pelo marxismo. Para cumprir com esse objetivo, a estrutura formal de nosso trabalho, além dessa introdução, seguirá através das discussões dos três pontos acima citados e seus desdobramentos, estes últimos apresentados nas considerações finais.

## II TRABALHO IMATERIAL

---

também de outras maneiras), constitui o objeto de análise privilegiado por parte dessas multifárias interpretações” (CARCANHOLO, 2005, p. 2).

<sup>3</sup> A escolha dos três autores foi tomada tendo em vista a contemporaneidade e a originalidade do debate. No entanto, é preciso admitir a limitação que se impõe ao fazer tal recorte, uma vez que reconhecemos a amplitude e a riqueza do debate em torno do trabalho imaterial. Também não podemos deixar de salientar que a teoria de André Gorz possui importantes diferenças das formulações de Antônio Negri e Maurício Lazzarato, mas que ao serem analisadas no âmbito deste trabalho não imporão prejuízos de ordem teórica e nem mesmo em perdas para nossa argumentação. Nesse sentido, toda vez que nos referirmos à teoria do trabalho imaterial, estaremos fazendo menção principalmente a Gorz, Negri e Lazzarato.

As mudanças empregadas no processo produtivo, em virtude da reestruturação produtiva do capital, impuseram profundas transformações no mundo do trabalho, e esses acontecimentos instigaram uma série de debatedores a pensar sobre esse fenômeno: estaria o trabalho, no sentido capitalista do termo, fadado a seu fim? Gorz (1982), em sua obra *Adeus ao Proletariado*, abre caminho a essa interpretação, que surge, sobretudo, devido a uma crescente constatação: o trabalhador fabril, aquele que desenvolve uma atividade repetitiva, parcelada e alienada, estava sendo cada vez mais posto para fora do processo de produção, cedendo seu lugar para uma nova força de trabalho de caráter mais complexo e intelectualizado. E o proletariado, até então sinônimo do trabalhador no capitalismo, estaria extinguindo-se. É assim que anuncia o grande problema que a teoria marxista do valor teria que enfrentar nas próximas décadas: “O marxismo está em crise porque há uma crise do movimento operário” (GORZ, 1982, p. 25).

A crescente automação das indústrias, assim como a inserção da microeletrônica nos processos de produção, jogava para fora a mão de obra fabril ao mesmo tempo que demandava trabalhadores mais qualificados. Assim, à medida que os operários eram substituídos por máquinas, novos tipos de trabalhadores conquistavam espaço nessa recente configuração produtiva que, à primeira vista, distanciava-se enormemente daquela anterior. Impunha-se, segundo Gorz, “uma revisão, em vários planos, que visava ressuscitar, por meio da identificação do trabalhador ao trabalho, uma nova ética do trabalho” (GORZ, 2003, p. 65). As formas de trabalho tipicamente fordistas, que eram fundamentadas em um trabalho manual e mais ou menos homogêneo cujos resultados encerravam-se em mercadorias padronizadas e palpáveis, eram substituídas por trabalhadores intelectualmente qualificados carregados de conhecimento e informação<sup>4</sup>.

Essa nova força de trabalho, que então alçava sua hegemonia<sup>5</sup>, diferenciava-se principalmente daquela fabril pela intangibilidade de seus resultados. Enquanto o trabalhador fordista produzia determinada quantia de mercadorias em dado tempo de trabalho, o trabalhador pós-fordista gera resultados intangíveis num tempo de trabalho incerto que, por isso, seria denominado imaterial. O trabalho imaterial estaria, desse modo, intimamente relacionado às atividades de serviços que, nesse momento, estariam dominando as relações de produção em todas as suas esferas. Em outras palavras, para esse grupo de teóricos, o próprio trabalho fabril estaria sendo desempenhado na forma de prestação de serviços. É nesse sentido que Hardt e Negri (2006, p. 302), por exemplo, afirmam que estaríamos vivenciando hoje um paradigma econômico no qual “a oferta de serviços e o manuseio de informações estão no coração da produção econômica”<sup>6</sup>, enquanto que para Gorz (2005, p. 9) toda a produção, de forma cada vez mais evidente, tende a se assemelhar a uma prestação de serviços.

Na execução das atividades terciárias há uma estreita relação entre o prestador de serviços e aquele que usufrui do serviço prestado. A informação e a comunicação desempenham um papel fundamental para essas atividades, que têm como cerne o estreitamento dos canais de interlocução entre produção e consumo, do qual a indústria toyotista é a referência central. Por isso, de forma diversa à produção fordista, a decisão de produção é tomada aqui tendo em vista os desejos da demanda, de modo que o mercado consumidor é, em tese, quem decide a

---

<sup>4</sup> “Hoje a informação e a comunicação desempenham um papel fundamental nos processos de produção” (HARDT; NEGRI, 2006, p. 310).

<sup>5</sup> “O trabalho imaterial tende a se tornar hegemônico, de forma totalmente explícita” (LAZZARATO; NEGRI, 2013, p. 51).

<sup>6</sup> Na obra *Império*, Hardt e Negri explicam que esse seria o terceiro paradigma econômico vivenciado desde a Idade Média. O primeiro seria aquele no qual a agricultura e a extração de matérias-primas dominavam a economia. No segundo, a produção industrial comandava as relações econômicas; e o terceiro seria esse em que o trabalho imaterial, entendido como atividades de prestação de serviços, assume uma posição central. A produção econômica dominante teria, portanto, migrado do setor primário para o secundário e desse para o terciário.

produção. É assim que Lazzarato (2013, p. 65) é levado a afirmar que “(...) a mercadoria pós-industrial é o resultado de um processo de criação que envolve tanto o produtor quanto o consumidor”. Os trabalhadores imateriais – derivados desse novo processo de produção – portanto, ao estabelecerem maior aproximação com os consumidores, são capazes de captar os desejos da demanda e traduzi-los na forma de prestação de serviços, que podem ser desempenhados a partir de uma vasta gama de possibilidades, como por exemplo, serviços de saúde, educação, finanças, transporte, entretenimento, marketing, etc. A versatilidade de aptidões – fundamentada na capacidade de trocas e transmissão de conhecimentos no interior do processo de produção – caracteriza, portanto a força de trabalho imaterial. É nesse sentido que a atual fase é também designada por muitos como economia da informação ou economia do conhecimento. Sobre essas mudanças, assinala Gorz:

Nós atravessamos um período em que coexistem muitos modos de produção. O capitalismo moderno, centrado sobre a valorização de grandes massas de capital fixo material, é cada vez mais rapidamente substituído por um capitalismo pós-moderno centrado na valorização de um capital dito imaterial, qualificado também de “capital humano”, “capital conhecimento” ou “capital inteligência”. Essa mutação se faz acompanhar de novas metamorfoses do trabalho. O trabalho abstrato simples, que desde Adam Smith, era considerado como fonte de valor, é agora substituído por trabalho complexo [...] por trabalho dito imaterial [...] (GORZ, 2005, p. 15).

Negri e Lazzarato, de forma análoga, ao exprimirem as características centrais que diferenciam a nova lógica de produção, daquela anterior, fundamentam seus argumentos na centralidade de uma força de trabalho de caráter imaterial. Vejamos como percebem essas transformações:

Vinte anos de reestruturação produtiva das grandes fábricas levaram a um estranho paradoxo. Com efeito, foi contemporaneamente sobre a derrota do operário fordista e sobre o reconhecimento da centralidade de um “trabalho vivo” sempre mais intelectualizado, que se constituíram as variantes do modelo pós-fordista. Na grande empresa reestruturada, o trabalho do operário é um trabalho que implica sempre mais, em diversos níveis de capacidade de escolher entre diversas alternativas e, portanto, a responsabilidade de certas decisões [...]. Qualidade e quantidade de trabalho são organizadas em torno de sua imaterialidade. Embora a transformação do trabalho operário em trabalho de controle, de gestão da informação, de capacidades de decisão que pedem o investimento da subjetividade, toque os operários de maneiras diferentes, segundo suas funções na hierarquia da fábrica, ela apresenta-se atualmente como um processo irreversível (LAZZARATO; NEGRI, 2013, p. 49).

Para esse conjunto de autores, a hegemonia de um trabalho imaterial põe em xeque a teoria do valor de Marx, já que esta não estaria preparada para enfrentar os problemas analíticos impostos pela economia do conhecimento. Os resultados dessa produção, ao contrário do fordismo, não são materiais e duráveis, mas imateriais, como um bem cultural, uma informação ou um conhecimento, e essa intangibilidade não pode ser alcançada pela teoria desenvolvida por Marx – que se tornou ultrapassada. O operário fordista, nos termos de Lazzarato e Negri (2013, p. 49), foi derrotado e substituído por uma força de trabalho intelectualizada que assume uma posição central. Essa centralidade, no entanto, não se dá pelo simples dispêndio de trabalho, mas pela transmissão de informações, pela geração de conhecimento. “O conhecimento (*knowledge*) é considerado como a força produtiva principal” (GORZ, 2005, p. 15). É desse modo que a sociedade que tem no seu âmago o valor centrado no trabalho dissolve-se para irromper em outra na qual o valor é determinado pelo conhecimento. É a centralidade do

conhecimento que caracteriza o capitalismo pós-moderno, resultado do conjunto de atividades desempenhadas pelo trabalho imaterial.

Ao argumentarem sobre o que julgam ser essa forma de trabalho, os teóricos do trabalho imaterial sempre direcionam suas teses para os elementos que tornam intangíveis seus resultados. Negri e Hardt apontam duas faces do trabalho imaterial: uma delas estaria relacionada ao manuseio da informática, dos computadores e símbolos digitais. Segundo eles, um amplo leque de atividades é hoje realizado por meio de computadores, que funcionam como espécies de ferramentas universais<sup>7</sup> e contribuem para que a dimensão concreta das mais diversas formas de trabalho desapareça. Isso porque na medida em que essas atividades são desempenhadas por meio da manipulação de símbolos digitais, de uma mesma ferramenta (o computador), elas perderiam, pois, os seus aspectos que as diferenciariam entre si. “(...) Mediante a informatização da produção, portanto, o trabalho tende à posição de abstrato” (HARDT; NEGRI, 2006, p. 313).

A outra face do trabalho imaterial seria a afetiva. Essa se expressa por contato e interação humanos evidenciados no interior de uma relação de trocas, como num serviço de saúde, educação e entretenimento. São serviços que têm, como base, o cuidado e a atenção, e no pilar de sua realização a manipulação dos sentimentos pessoais. Essa relação de trabalho afetiva pode também ocorrer de forma real ou virtual, não importa. O que a determina é o resultado emocional por ela proporcionado (conforto, bem-estar, etc.). Ou seja, resultados intangíveis e, portanto, imateriais, mesmo havendo contato físico em sua realização.

Essas seriam as duas dimensões do trabalho imaterial: uma informacionalizada e a outra afetiva<sup>8</sup>. O lado instrumentalizado da produção econômica foi unido às relações sentimentais humanas, enriquecendo-a. Haveria desse modo, segundo Negri e Hardt, três formas principais de trabalho imaterial, sendo todas identificadas como serviços. A primeira está associada a informática e comunicação. Seria a produção industrial que incorporou as tecnologias de informação e os modelos comunicacionais transformando todo o processo de produção (do qual o modelo da indústria toyotista seria o referencial), possibilitado pela criação e utilização de softwares; o segundo tipo relaciona-se às tarefas analíticas e simbólicas que têm, de um lado, atividades criativas, e de outro, trabalhos rotineiros de manipulação de símbolos. Aqui entram as atividades de pesquisa por exemplo. A terceira forma de trabalho imaterial é aquela vinculada a “produção e manipulação de afetos” (HARDT; NEGRI, 2006, p. 314), que requer contato e interação humanos, como é o caso já mencionado dos serviços de saúde.

Na mesma linha de raciocínio, ao analisar as habilidades dos trabalhadores nas grandes indústrias pós-fordistas, a partir do caso da indústria automobilística Daimler-Chrysler, Gorz percebe que as aptidões que são levadas em conta, que são valorizadas pela diretoria da empresa em seus funcionários não são simples qualificações profissionais. Observa esse autor:

(...) O que conta, para esses “colaboradores” de um dos maiores grupos industriais do mundo, são as qualidades de comportamento, as qualidades expressivas e imaginativas, o envolvimento pessoal na tarefa a desenvolver e completar. Todas essas qualidades e essas faculdades são habitualmente próprias dos prestadores de serviços pessoais, dos fornecedores de um trabalho imaterial impossível de quantificar, estocar, homologar, formalizar e até mesmo de objetivar (GORZ, 2005, p. 17).

Portanto, as aptidões e características esperadas da força de trabalho imaterial vão, segundo Gorz, muito além de uma conduta preestabelecida. Elas estão relacionadas ao

---

<sup>7</sup> “(...) O computador aparece como o instrumento universal, universalmente acessível, por meio do qual todos os saberes e todas as atividades podem, em princípio, ser partilhados” (GORZ, 2005, p. 21).

<sup>8</sup> É interessante observar que assim como Marx encontra a dupla natureza do trabalho, abstrato e concreto, esses autores desenvolvem a dupla dimensão do trabalho imaterial, informacional e afetivo.

desempenho atingido pelo trabalhador diante de situações imprevistas e que não é possível ser prescrito. É a sua forma de se relacionar, de descobrir soluções para os problemas encontrados e, principalmente, sua capacidade de cooperar e interagir no interior e no exterior da produção. Esse aspecto cooperativo do trabalho imaterial é um elemento determinante para o desenvolvimento de suas atividades. É por meio da cooperação e da sinergia com os demais agentes que o trabalhador pode colocar em evidência sua capacidade criativa, distribuir e captar informações para que sejam disseminadas numa espécie de rede de contatos que acelera os canais de distribuição e dinamiza a produção como um todo. Os caracteres informacional e afetivo se fundem através do sistema de cooperação entre os agentes imateriais da produção. A informação é dinamizada pelos sistemas digitais integrados e preenchidos pelas trocas de conhecimento que se tornam possíveis, principalmente, devido ao sistema cooperativo intrínseco a esse trabalho de caráter imaterial.

O trabalhador não é mais visto, portanto, como um simples apêndice da máquina; ele deve doar-se e se entregar por inteiro ao processo de produção. Ao contrário da produção fordista, a produção comandada pelo trabalho imaterial exige dos trabalhadores aptidões que são impossíveis de serem objetivadas. É a sua subjetividade que integra a produção: “(...) o trabalho imaterial não se reproduz (e não reproduz a sociedade) na forma de exploração, mas na forma de reprodução da subjetividade” (LAZZARATO; NEGRI, 2013, p. 54), reproduzindo assim o próprio trabalhador e não uma relação de exploração. Como a sua personalidade importa no âmbito do processo produtivo, o trabalhador que desempenha o trabalho imaterial, ao mesmo tempo que se doa e se entrega na realização de suas atividades, se reproduz, já que transmite e adquire os conhecimentos inerentes em todos os detentores dessa força de trabalho intangível.

O operário da indústria pós-fordista não seria assim intercambiável e indistinguível de qualquer outro, já que é a sua subjetividade o principal elemento que comporá a produção imaterial. Suas características subjetivas são externadas por ele durante o processo produtivo e isso faz de cada trabalhador uma força única e distinguível de todas as demais. Esses trabalhadores revelam no ato da produção todo o seu conhecimento, todo saber vernacular que adquiriram fora do ambiente corporativo e, na medida em que executam suas atividades, reproduzem uma relação social alicerçada na troca dos conhecimentos particulares dos agentes inseridos nesse processo<sup>9</sup>. “(...) O trabalho imaterial produz acima de tudo uma relação social (uma relação de inovação, de produção, de consumo), e somente na presença dessa reprodução a sua atividade tem um valor econômico” (LAZZARATO, 2013, p. 67). O trabalhador que realiza a produção imaterial não seria aquele que somente produz mercadorias, mas também o que produz o consumidor. E à proporção que cria e realiza o ambiente de consumo, desenvolve a si mesmo, pois ele é produtor e consumidor de sua própria capacidade de trabalho. Ele seria, assim como observou Gorz (2005), um autoempreendedor, ou um empreendedor de si mesmo, fazendo da reprodução de sua própria vida a reprodução de sua capacidade de trabalho. São as suas escolhas que formam o seu potencial produtivo e não capacidades que seriam predeterminadas pelo capital. Uma vez que o trabalho imaterial valoriza a versatilidade de aptidões não cognitivas, cada um torna-se o responsável pela formação de suas próprias habilidades.

É nesse sentido que os teóricos do trabalho imaterial entendem que não mais o trabalho, mas o conhecimento é hoje a riqueza da sociedade, já que ele é o componente central da força de trabalho imaterial. A produção de cunho material tende a ocupar um espaço periférico dentro dessa nova lógica econômica, sobretudo porque são as características imateriais presentes nos

---

<sup>9</sup> Gorz diferencia os conhecimentos dos saberes. Os primeiros seriam formalizados e absorvidos nas escolas, cursos técnicos, etc. Os segundos não podem ser objetivados, pois são as experiências individuais incorporadas nos indivíduos. Já para Lazzarato e Negri, não existe tal distinção.

resultados de toda a produção, até mesmo da material, que constituem o principal valor dos produtos<sup>10</sup>.

Na medida em que o trabalho imaterial tende a se tornar hegemônico, suas características impõem problemas para a teoria do valor de Marx que, segundo os teóricos do trabalho imaterial não forneceria elementos suficientes para analisar a lógica de produção comandada por esse tipo de trabalho. Como estabelecer valor para produtos elaborados a partir do comando do conhecimento transmitido pela mão de obra? Como mensurar o conhecimento contido em cada produto desenvolvido pela força de trabalho imaterial? Como quantificar coisas que não são palpáveis? Uma teoria do valor que supõe a mensuração dos elementos do trabalho como pressuposto de sua existência não tem lugar na atual configuração econômica. É o que afirma a teoria do trabalho imaterial. Esse será o aspecto que abordaremos na próxima seção.

### III O PROBLEMA DA MENSURAÇÃO

A chegada da acumulação flexível, ou toyotismo, anuncia o fim da hegemonia da produção fundamentada no tempo de trabalho e na fabricação de produtos. A produção não estaria mais vinculada ao tempo gasto para a criação das mercadorias, mas ao conhecimento inerente a cada trabalhador e por ele dispendido durante o processo de produção. Sobre esse fenômeno, assinala Gorz: “O trabalho de produção material, mensurável em unidades de produtos por unidades de tempo, é substituído por trabalho dito imaterial, ao qual os padrões clássicos de medida não podem se aplicar” (GORZ, 2005, p. 15).

Um problema é colocado pela teoria do trabalho imaterial à economia política clássica (aquela fundamentada no valor-trabalho): não é possível medir o trabalho da produção imaterial. Não é possível quantificá-lo, determiná-lo, mensurá-lo. E sendo assim, igualmente desmedidos se tornam os resultados desse trabalho<sup>11</sup>. Como definir o valor nessas condições em que a medida das horas da produção é impossível de ser estabelecida? Para os autores do trabalho imaterial, isso não seria mais possível, e é por isso que o valor na atual sociedade não seria mais determinado pelo trabalho – quantidade de horas trabalhadas socialmente necessárias à produção –, mas pelo conteúdo subjetivo que há no trabalho, impassível de mensuração: o conhecimento, a inteligência, as informações.

De caráter oposto ao trabalho do operário fordista, o trabalho da produção imaterial, não se reduz ao tempo que o trabalhador permanece na fábrica. Nele, a atividade não consiste apenas no desempenho repetitivo e simples de um mesmo processo que resultará na criação de certo número de mercadorias, determinando por sua vez o valor de sua força de trabalho. As atividades desempenhadas no trabalho imaterial extrapolam os limites impostos pela fábrica fordista e, portanto, as tornam sempre indistinguíveis umas das outras, requerendo para isso, uma gama de capacidades heterogêneas e imprevisíveis de seus trabalhadores. Assim sendo, o que se leva em conta não é simplesmente o tempo dispendido no processo produtivo, mas os aspectos qualitativos externados pelo trabalhador durante esse decurso. A quantidade de horas deixa de ser relevante, uma vez que se torna impossível mensurar os aspectos subjetivos valorizados no decorrer do processo de produção. É nesse sentido que “(...) os produtos da atividade social não são mais, principalmente, produtos do trabalho cristalizado, mas sim do conhecimento cristalizado (...)” (GORZ, 2005, p. 29).

---

<sup>10</sup> É o que afirma Gorz (2005, p. 39), por exemplo, ao nos advertir que o preço de um tênis Nike está muito mais relacionado ao seu conteúdo informacional do que a suas características materiais.

<sup>11</sup> “A heterogeneidade das atividades de trabalho ditas ‘cognitivas’ (...) torna imensuráveis tanto o valor das forças de trabalho quanto o dos seus produtos (...)” (GORZ, 2005, p. 29).

Se as mercadorias são resultados de conhecimentos cristalizados, conforme explicita Gorz, isso indica que as trocas mercantis não podem mais ser determinadas pela quantidade de trabalho contida em cada um dos produtos, isto é, o trabalho deixa de ser o mediador do intercâmbio de mercadorias. O conhecimento torna-se o novo regulador desse processo, uma vez que atividade social hoje é centrada na produção e distribuição de subjetividade, transmitida pelo trabalho imaterial no desenvolvimento de suas funções. Isso implica que as mercadorias sejam agora identificadas umas com as outras por seu conteúdo qualitativo, ou seja, pelos elementos informativos presentes nesses resultados. O intercâmbio social seria então orquestrado pelo conhecimento produzido, transmitido e consumido pela população. É por meio dele que hoje a sociedade estabelece e mantém suas relações sociais, caracterizadas pela troca de informações e saberes, conduzidas pela realização do trabalho imaterial. O trabalho tido como um simples dispêndio de horas em um determinado local é substituído por uma relação de produção em que o tempo não é mais determinante, uma vez que as horas dispendidas durante o processo produtivo são incertas e impossíveis de serem determinadas. Desmorona-se, portanto, toda a compreensão do valor constituída como algo mensurado e mensurável no interior do processo produtivo, para se dar lugar a um novo padrão de valor, do qual a medida não é mais possível. Nos termos empregados por Gorz (2005, p. 29):

[...] O valor de troca das mercadorias, sejam ou não materiais, não é mais determinado em última análise pela quantidade de trabalho social geral que elas contêm, mas, principalmente, pelo seu conteúdo de conhecimentos, informações, de inteligências gerais. É esta última, e não mais o trabalho social abstrato mensurável segundo um único padrão, que se torna a principal substância social comum a todas as mercadorias. É ela que se torna a principal fonte de valor e de lucro, e assim, segundo vários autores, a principal forma de trabalho e do capital.

Ao reconhecer um novo padrão de valor na atual sociedade, a teoria do trabalho imaterial tece uma ampla crítica às teorias clássicas fundamentadas no valor-trabalho e, principalmente àquela desenvolvida por Marx. Segundo eles, sendo o valor hoje determinado pelo conhecimento, é o comando desse elemento que se constitui como a nova forma de riqueza. O que se extrai do trabalho não é somente o tempo que o trabalhador dedica à produção, porque, em primeiro lugar, esse tempo é indefinido e, em segundo, porque são suas capacidades subjetivas que agora são externadas. Como se determinaria então esse novo padrão de valor centrado no conhecimento? Segundo Lazzarato e Negri (2013, p. 53), é por meio de uma relação que “se põe em termos de independência frente ao tempo de trabalho imposto pelo capital”. Isto é, o valor fundamenta-se numa relação que extrapola os muros da fábrica fordista e alcança as práticas cotidianas desenvolvidas em sociedade.

Nesses termos, o conhecimento é entendido como resultado do conjunto de relações que a sociedade mantém entre si. São as experiências individuais, as vivências e os saberes que os indivíduos transmitem uns aos outros que compõem o conteúdo subjetivo, o composto de conhecimento peculiar à força de trabalho imaterial. No ato de produção serão suas lembranças e sua bagagem cultural que o trabalhador irá externar e transmitir aos resultados que serão por ele elaborados. Desse modo, quanto mais versáteis e distintas forem as habilidades dos trabalhadores, mais valorizados eles serão, visto que maiores serão as interações e conexões que poderão despende durante a produção. Como o conhecimento é formado pelas práticas e interações dos indivíduos, elas não se limitam ao tempo de trabalho, mas, ao contrário, são conquistadas principalmente durante as atividades de lazer, o que faz das suas práticas

individuais, um modo pelo qual enriquecem a sociedade, pois é produzindo a si mesmo que o trabalhador pós-fordista gera valor<sup>12</sup>.

E é também por isso que o valor da força de trabalho imaterial é imensurável, pois não é possível verificar a quantia de horas necessárias para sua reprodução, uma vez que seus elementos determinantes são resultados das relações sociais do trabalhador, de suas trocas de experiências e saberes com a sociedade que o cerca. Sendo assim, o tempo que o trabalhador necessita para se reproduzir é interminável, visto que a todo instante de sua vida, mantém relações sociais<sup>13</sup>. Ou seja, é reproduzindo a si mesmo que ele põe a sua força de trabalho em movimento. Lazzarato e Negri acrescentam sobre esse ponto:

[...] A categoria clássica do trabalho se demonstra absolutamente insuficiente para dar conta da atividade do trabalho imaterial. Dentro dessa atividade, é sempre mais difícil distinguir o tempo de trabalho do tempo de produção ou do tempo livre. Encontramo-nos num tempo de vida global, na qual é quase impossível distinguir entre tempo produtivo e o tempo de lazer [...] (LAZZARATO; NEGRI, 2013, p. 54).

Se é no tempo de lazer que a sociedade constrói os elementos subjetivos determinantes para serem empregados no processo produtivo, esse momento também pode ser considerado tempo de trabalho, de modo que os limites entre a vida privada e a produção tornam-se incertos<sup>14</sup>. A aproximação do tempo livre com o tempo de produção estaria desse modo intimamente relacionada ao caráter informativo do trabalho imaterial, assim como ao estreitamento dessa relação possibilitado pelos avanços tecnológicos hoje alcançados. Isto é, se em si o trabalho imaterial é constituído de inteligências, informações e saberes – propiciados por meio de uma construção coletiva –, estes são dinamizados quando se torna possível transmitir durante o tempo livre parte da produção social para a empresa. Assim, o tempo livre pode também ser considerado tempo de trabalho (e vice-versa), não só porque é nele que a sociedade cria sua cultura e seus saberes, mas também porque nesse tempo é agora possível estabelecer uma comunicação direta com a produção econômica. Nesse sentido, por não cessar o tempo de labor, já que é a cultura comum o principal componente do trabalho imaterial, Gorz (2005, p. 17) afirma: “trabalhar é produzir-se”. O tempo livre tem desse modo se tornado o momento em que o trabalhador abastece sua capacidade laborativa, pois é incrementando sua vida social que enriquece sua capacidade de trabalho. No momento da produção é também quando externa esses elementos e absorve os externados pelos demais trabalhadores, através dos fluxos de informações e comunicações, agora amplamente irrigados.

Por outro lado, o estreitamento dos canais de comunicação não só aproximaram o tempo livre do tempo de trabalho como também os produtores dos consumidores. Estes últimos passam a interferir na produção e participar do processo de criação dos elementos imateriais e simbólicos de todo esse processo. Lazzarato (2013, p. 81), ao analisar as “estratégias do empreendedor político” no caso da empresa Benetton, afirma que “[...] O consumidor não é mais o consumidor-massa passivo de uma mercadoria padronizada, mas o indivíduo ativo envolvido com a totalidade de sua pessoa” e que, nesse sentido, a empresa (por seu setor de

---

<sup>12</sup> “Os trabalhadores pós-fordistas, ao contrário, devem entrar no processo de produção com toda a bagagem cultural que eles adquiriram nos jogos, nos esportes de equipe, nas lutas, disputas, nas atividades musicais, teatrais, etc. É nessas atividades fora do trabalho que são desenvolvidas sua vivacidade, sua capacidade de improvisação e cooperação (...)” (GORZ, 2005, p. 19).

<sup>13</sup> A remuneração do trabalhador estaria agora relacionada mais aos objetivos que devem alcançar que o tempo dispendido na produção.

<sup>14</sup> “(...) A fronteira entre o que se passa fora do trabalho, e o que ocorre na esfera do trabalho, apaga-se, não porque as atividades do trabalho e as de fora mobilizem as mesmas competências, mas porque o tempo da vida se reduz inteiramente sob a influência do cálculo econômico e do valor” (GORZ, 2005, p. 25).

marketing) deve “conhecer e solicitar sua ideologia, seu estilo de vida, sua concepção de mundo”. A elaboração do produto tem hoje ampla participação dos consumidores, já que é necessário extrair deles seus anseios e valores. A construção de um canal de comunicação direto com os consumidores é, portanto, crucial para que a empresa conduza de forma eficiente e estratégica a sua produção.

Os resultados da produção imaterial são, assim, construídos tanto pelos trabalhadores como pelos consumidores. Como a elaboração dos produtos depende da existência de uma rede de comunicação envolvendo esses dois atores, sua concepção não é realizada somente no interior das empresas, mas também fora delas, a partir do conjunto de informações que a sociedade produz e é canalizado para a produção econômica. Logo, se na fabricação de um produto há também o envolvimento do consumidor, ele se torna um sujeito ativo e corresponsável pela transmissão dos conhecimentos e informações que serão incorporados aos resultados da produção. Sendo esses elementos frutos das relações sociais e afetivas que a sociedade mantém, deriva-se daí que os resultados imateriais – ou até mesmo aqueles materiais – têm em seu componente algo que é impossível de ser objetivado. Na descrição de Lazzarato (2013, p. 66):

(...) A mudança da relação entre consumo e produção tem consequências diretas sobre a organização do trabalho taylorista de produção dos serviços porque coloca em discussão seja o conteúdo, seja a divisão do trabalho (a relação concepção/execução perde o seu caráter unilateral). Se o produto é definido com a intervenção do consumidor e está, portanto, em permanente evolução, torna-se, então, sempre mais difícil definir as normas de produção dos serviços e estabelecer uma medida “objetiva” da produtividade.

À medida que os produtos das atividades imateriais são constituídos por elementos subjetivos que estão em constante construção pela sociedade, sendo transmitidos não só através do trabalho como também pelo mercado consumidor, torna-se impossível distinguir o tempo em que se inicia e que se finda todo esse processo. Onde termina o trabalho do produtor e começa o do consumidor quando ambos participam dos processos de criação e consumo? Uma relação que antes era realizada de forma unilateral, com limites precisos, transformou-se num modo de interação no qual a cooperação é o principal combustível. E assim, “(...) As escalas de avaliação do trabalho se tornam um tecido de contradições” (GORZ, 2005, p. 29), visto que o trabalho imaterial, assim como seus resultados não podem mais ser identificados a partir de uma substância comum. A heterogeneidade dos elementos que envolvem todo esse processo – da fabricação ao consumo – faz com que os parâmetros de avaliação dessa dinâmica se traduzam “em vãs tentativas para quantificar sua dimensão qualitativa [...], que não dão conta da qualidade ‘comunicacional’ [desses serviços]” (GORZ, 2005, p. 30).

É nesses termos, de acordo com a teoria do trabalho imaterial, que a mensuração das principais categorias econômicas clássicas – mercadoria, trabalho e valor – são impossíveis de serem estabelecidas segundo critério e padrão comuns. À medida que as relações econômicas são realizadas de forma cada vez mais subjetiva, seus resultados revelam-se menos intercambiáveis segundo critérios de medida. O intercâmbio mercantil ocorre agora de forma cada vez mais abstrata, segundo métodos que jamais podem ser objetivados ou prescritos. Quando o centro da criação de valor torna-se o conhecimento, faz dele o condutor das relações sociais e isso abala toda a estrutura do capital que até então o sustentava: trabalho e valor seriam velhas noções da economia política clássica. O trabalho imaterial se torna o novo protagonista das transformações econômicas de nosso tempo. Nesse sentido, veremos na próxima seção como a teoria do trabalho imaterial encontra nesse novo sujeito uma possibilidade revolucionária.

## IV O CARÁTER REVOLUCIONÁRIO DO TRABALHO IMATERIAL

Ao reconhecer que a força produtiva central da sociedade é derivada do conhecimento coletivo, ou seja, ao assumir que a riqueza da sociedade atual advém das informações construídas e partilhadas por seus agentes, a teoria do trabalho imaterial indica que o capitalismo se encontra em um momento de redefinição e ruptura de suas categorias centrais, colocando em xeque sua própria estrutura. O trabalho imaterial, segundo esses teóricos, seria o principal responsável por ativar essa série de transformações, uma vez que ele é determinado por uma substância que não pode ser completamente apropriada pelo capital: os conhecimentos e saberes gerais<sup>15</sup>.

O caráter intrinsecamente revolucionário do trabalhador imaterial deriva, desse modo, do fato de que a principal força produtiva não é mais passível de apropriação pelo capital. Como os saberes são frutos de uma construção coletiva, e como não podem ser completamente dissociados dos indivíduos, a todos pertence. É nesse sentido que surge a noção de “capital humano”, desenvolvida por Gorz (2005), que seria o conjunto de saberes e inteligências gerais materializados nos indivíduos para serem transmitidos durante a produção. Nessa concepção, cada pessoa funciona como uma empresa, devendo ela ser “sua própria produtora, sua própria empregadora e sua própria vendedora” (GORZ, 2005, p. 23), representando uma espécie de capital para as firmas – um capital fixo humano. Assim, como não é possível extrair das pessoas o conjunto de informações por elas absorvidas no campo do convívio social, e como o próprio capital não pode ele mesmo produzir esses valores, ele cria mecanismos para fomentar esse processo ao mesmo tempo em que estimula sua liberação durante o tempo de trabalho. É nesse sentido que o tempo livre assume-se como central para a produção desse conhecimento, pois é nesse momento que o conjunto da sociedade o constrói. Isto é, se o principal componente presente no trabalho imaterial, se a substância que o define advém do tempo de não trabalho, o tempo livre torna-se determinante para a formação da riqueza das sociedades em que ele prevalece.

Nesses termos, argumenta-se que, assim como algumas categorias centrais da economia política clássica encontram-se insuficientes, também estão algumas das principais oposições que constituíam a base para a compreensão do sistema capitalista, como a luta de classes. A oposição capital *versus* trabalho tende a se apagar na medida em que a classe operária vai sendo substituída por trabalhadores imateriais, já que estes últimos não se veem opostos ao capital. Esses trabalhadores não se encontram posicionados enquanto classe social do modo como se encontrava a classe operária. A heterogeneidade de suas aptidões e qualificações impede que eles se enxerguem enquanto uma classe homogênea com semelhantes aspirações, o que os contrapõe, portanto, à velha noção de classes como a homogeneidade profissional e social de seus integrantes (AMORIM, 2014). Percebendo que há uma tendência à redução da classe operária ao mesmo tempo em que se amplia a quantidade de trabalhadores imateriais, os teóricos do imaterial entendem que as sociedades atuais não podem mais ser explicadas a partir da antiga noção marxista baseada na relação de classes sociais e suas oposições dialéticas.

Portanto, a relação social que se desenvolve nesse contexto não se dá, segundo Negri e Lazzarato (2013, p. 59), de forma dialética, e sim alternativa, o que significa que ela é “constitutiva de uma realidade social diferente” ao invés de aprofundar a lógica antagonista existente no interior do capitalismo, como faz o trabalho da produção fabril. A dissociação dessas relações oponentes é assim possível, visto que o trabalhador que realiza o trabalho imaterial não é separado por completo dos meios de produção e nem mesmo do produto de seu trabalho, de modo que ele não se encontra numa posição contrária ao seu empregador. Isto é,

---

<sup>15</sup> “(...) a principal força produtiva, e principal fonte de valor, é pela primeira vez suscetível de ser subtraída à apropriação privada” (GORZ, 2005, p. 37).

diferente do trabalho de cunho material que é definido como a única mercadoria vendável de um indivíduo expropriado dos meios de produção, o trabalho imaterial se define pela propriedade de cada trabalhador de conhecimentos e habilidades em diferentes níveis, que são compartilhados e externados durante a produção. Sendo assim, a principal característica que distingue essas duas formas de trabalho reside no fato de que o trabalhador imaterial não é separado dos meios de produção uma vez que eles são constituídos pelos conhecimentos encontrados nos próprios indivíduos. Como sugere Gorz (2005, p. 21, grifos do autor): “(...) A separação entre trabalhadores e seu trabalho reificado, e entre este último e seu produto, está pois virtualmente abolida; os meios de produção se tornam apropriáveis e suscetíveis de serem *partilhados*”. Sendo assim, tem-se que:

[...] A força produtiva principal, o conhecimento, é um produto que em grande parte resulta de uma atividade coletiva não remunerada, de “uma produção de si” ou de “uma produção de subjetividade”. O conhecimento é em grande parte “inteligência geral”, cultura comum, saber vivo e vivido. Ele não tem valor de troca, o que significa que ele pode, em princípio, ser partilhado à vontade, segundo a vontade de cada um e de todos, gratuitamente, especialmente na Internet (GORZ, 2005, p. 36).

No entanto, Gorz alerta para o fato de que o capital não cederá tão facilmente esses meios de produção assim como seus resultados imateriais e tentará de todas as formas se apropriar deles. Ou seja, trata-se de tentar impedir que eles se tornem bens coletivos e procura-se desse modo possuí-los, fazendo-os funcionarem como “capital imaterial”. Isso ocorrerá na medida em que for possível estabelecer um monopólio dos conhecimentos criados e gerados pela sociedade, erguendo barreiras que impeçam que sejam acessados de forma coletiva. Entram aqui as marcas, patentes e *franchising* que, de acordo com Gorz, nada mais são que conhecimentos funcionando como capital. Isto é, são conhecimentos que se tornam privados, propriedades das empresas, possibilitando-as extrair lucros e economizar trabalho. Assim, o valor desse conhecimento monopolizado será estabelecido em proporção direta à capacidade de monopolizá-lo, de modo que quanto mais escasso ele se tornar, maior será o preço que se poderá exigir para que o acessem. O capital imaterial se torna, portanto, uma arma poderosa para as empresas, uma vez que ele será incorporado às mercadorias produzidas conferindo a elas um aspecto de exclusividade e prestígio comercial para a firma que o detém.

Ocorre que, se por um lado, o capital consegue fazer do conhecimento um bem privado, por outro, ele é incapaz de fazê-lo por completo, visto que é impossível extrair integralmente dos indivíduos suas inteligências e saberes. Ao mesmo tempo, torna-se impossível restringir as conexões sociais nas quais os indivíduos partilham, dividem e multiplicam suas experiências, de modo que o conhecimento ainda consegue escapar das garras do capital. A internet, principalmente devido às comunidades de software livre<sup>16</sup>, é um veículo que a sociedade detém e utiliza para transmitir e partilhar os conhecimentos comunitários e aqueles que se tornaram privados. É por isso, que segundo Gorz, essa é uma sociedade em crise.

Assim, na medida em que as forças produtivas tendem a liberar o trabalhador da produção tangível – devido à mecanização e automação industrial – maior passa a ser o tempo que se torna disponível para a construção das inteligências e saberes gerais – substrato do trabalho imaterial. Desse modo, o tempo livre destinado aos trabalhadores tende a ser cada vez maior dentro dessa dinâmica ao passo que cada vez mais escassa tende a ser a força de trabalho que necessita desenvolver a produção material. Surgem dessa forma noções como “economia do conhecimento”, “capitalismo cognitivo” e “economia do saber”, apresentando a relação entre

---

<sup>16</sup> Gorz confere uma grande importância aos desenvolvedores de softwares livres, por entendê-los como uma espécie de sujeitos-revolucionários desse processo, visto que lutam pela socialização dos programas e softwares.

tempo de trabalho e tempo livre como chave para descrever o esgotamento da produção industrial. O trabalho imaterial representa, nessa visão, a superação do capitalismo clássico em caminho a outro modo de produção. Encontramo-nos, pois, num momento de ruptura, “o capitalismo cognitivo é a crise do capitalismo” (GORZ, 2005, p. 39), nos diz a teoria do trabalho imaterial.

A aspiração revolucionária das forças produtivas ocorre, portanto, desde a própria constituição do trabalho imaterial, no processo de formação de sua subjetividade. Como os elementos que integram essa força de trabalho se desenvolvem fora da relação de capital, nos processos constitutivos dos saberes gerais, não se criam relações antagônicas dentro da própria lógica capitalista, mas fora dela. Ou seja, “(...) A constituição antagonista, portanto, não se determina mais a partir dos dados da relação capitalista, mas da ruptura com ela; não a partir do trabalho assalariado, mas da sua dissolução; não sob a base das figuras do trabalho, mas daquelas do não-trabalho” (LAZZARATO; NEGRI, 2013, p. 59). Isto é, acompanhando o raciocínio de Lazzarato e Negri, os elementos que integram a economia do conhecimento não formam relações de oposição entre eles, mas com toda a estrutura do capital, o que faz dessa economia a própria negação do capitalismo.

Nesse contexto, quanto mais o sistema capitalista se desenvolve, maior é a tendência ao desenvolvimento das forças produtivas em prol da hegemonia do trabalho imaterial, fato que leva ao desmoronamento desse próprio modo de produção. Gorz (2005, p. 43), observando essa tendência de o capitalismo promover sua destruição ao mesmo tempo em que se expande, questiona: “[...] como a sociedade da mercadoria pode perdurar, se a produção de mercadorias utiliza cada vez menos trabalho e põe em circulação cada vez menos moedas?” Percebendo que o trabalho da produção fabril tem se tornado cada vez mais escasso e que isso tem liberado os trabalhadores de suas ocupações, Gorz conclui que essa sociedade não pode sobreviver. Assim, ao mesmo tempo em que invalida a teoria marxista do valor, a teoria do trabalho imaterial põe em xeque a própria continuidade do modo de produção capitalista.

Como fundamento de suas análises, esses autores se apoiam nos escritos do próprio Marx em seus rascunhos. Neles, de acordo com esses mesmos autores, Marx parece desenvolver uma compreensão que se encaixa perfeitamente ao período atual, no qual o domínio das forças produtivas não se daria mais pelo comando do trabalho alheio, mas sim pela multiplicação de informações e liberação dos trabalhadores da jornada de trabalho e do chão fabril. São principalmente as seguintes passagens de Marx, encontradas nos *Grundrisse*, que dão sustentação e robustez à teoria do trabalho imaterial:

[...] À medida que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza efetiva passa a depender menos do tempo de trabalho e do quantum de trabalho empregado que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, poder que – sua poderosa efetividade –, por sua vez, não tem nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, mas que depende, ao contrário, do nível geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação dessa ciência à produção [...]. *O roubo do tempo de trabalho alheio, sobre o qual a riqueza atual se baseia*, aparece como fundamento miserável em comparação com esse novo fundamento desenvolvido, criado por meio da própria grande indústria. Tão logo o trabalho na sua forma imediata deixa de ser a sua medida e, em consequência, o valor de troca deixa de ser a [medida] do valor de uso. *O trabalho excedente da massa* deixa de ser a condição para o desenvolvimento da riqueza geral, assim como *o não trabalho dos poucos* deixa de ser a condição do desenvolvimento das forças gerais do cérebro humano. Com isso, desmorona a produção baseada no valor de troca, e o próprio processo de produção material imediato é despido da forma da precariedade e contradição. [Dá-se] o livre desenvolvimento das individualidades e, em consequência, a redução do tempo de trabalho necessário não para pôr trabalho excedente, mas para a redução do

trabalho necessário da sociedade como um todo a um mínimo, que corresponde então à formação artística, científica etc. dos indivíduos por meio do tempo liberado e dos meios criados para todos eles. O próprio capital é a contradição em processo, [pelo fato] de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza [...] (MARX, 2011, p. 587-589, grifos do autor).

Esse e outros trechos dos *Grundrisse* foram trazidos abundantemente à discussão para demonstrar, como o próprio Marx já havia previsto, que o desenvolvimento das formas do trabalho imaterial se apresentaria como uma tendência social fruto do desenvolvimento automático das forças produtivas da própria indústria capitalista. Marx aponta a clássica contradição entre forças produtivas e relações de produção inerente ao capitalismo: as forças produtivas imateriais são aqui apresentadas como a inclinação central do capitalismo em virtude de seu desenvolvimento. Assim, se por um lado esse sistema tende a dispensar cada vez mais trabalho vivo à medida que se desenvolve, por outro, sendo a exploração desse trabalho a única fonte real de valorização do capital, o trabalho liberado é sempre transformado no mais-trabalho daqueles ainda empregados, num sucessivo processo de exclusão e exploração que tende levar à falência desse próprio modo de produção.

Marx indica que a diferença entre a produção da riqueza propriamente dita – valor-de-uso – e seu correspondente econômico – valor-de-troca – se distancia de tal forma que este último tende a deixar de ser uma medida adequada para aquela. Ou seja, a crescente automação da produção faz gerar tamanha dissociação entre os valores-de-uso e valores-de-troca que se torna cada vez mais iminente uma transformação/superação das relações de produção capitalista. Segundo Marx nessas passagens, essas mudanças engendrariam em um novo critério que não vincularia mais a geração de valores de troca pelo tempo de trabalho necessário à produção de um valor-de-uso, mas sim à produção de valores-de-uso pelo tempo de trabalho liberado. Haveria desse modo uma eliminação do princípio base da teoria do valor alicerçado no tempo de trabalho e na produção de valores-de-troca, mediadores da valorização do capital, em prol de outro princípio fundamentado na produção de valores-de-uso e tempo livre, regulando as vontades e necessidades que a coletividade, gerenciadora dessa produção, demandaria. Isso fica ainda mais claro na seguinte passagem dos rascunhos de Marx:

[...] Quanto mais se desenvolve essa contradição, tanto mais se evidencia que o crescimento das forças produtivas não pode ser confinado à apropriação do trabalho excedente alheio, mas que a própria massa de trabalhadores tem de se apropriar de seu trabalho excedente. Tendo-o feito – e com isso o tempo disponível deixa de ter uma existência contraditória –, então, por um lado, o tempo necessário de trabalho terá sua medida nas necessidades do indivíduo social, por outro o desenvolvimento da força produtiva social crescerá com tanta rapidez que, embora a produção seja agora calculada com base na riqueza de todos, cresce o tempo disponível de todos [...] Nesse caso, o tempo de trabalho não é mais de forma alguma a medida da riqueza, mas o tempo disponível (MARX, 2011, p. 591).

Assim, Marx destaca que o desenvolvimento capitalista faz o ser humano passar de um tipo de trabalho no qual ele é diretamente ligado à produção para outro no qual ele se envolveria com certa distância do processo produtivo, atuando na coordenação da produção e não mais manuseando ferramentas ou sendo colocado como um apêndice da maquinaria. Liberados, portanto, da produção material, isto é, da produção de valores-de-uso, devido ao desenvolvimento científico e tecnológico que autonomiza a maquinaria, os indivíduos passariam a participar da evolução e do desenvolvimento coletivo de suas próprias capacidades, se relacionando de forma plena com o ambiente que os cerca, num processo que não se destina mais à valorização do valor, mas sim à autorrealização das virtuosidades do próprio ser

humano. Ele estaria liberto, portanto, para trabalhar em consonância com sua própria instintividade humana, relacionando-se com a natureza e encontrando nela uma forma útil para sua própria vida ao mesmo tempo em que a transformaria e modificaria a si próprio, como previa a ontologia marxista. O trabalho alienado impulsionador da riqueza do capital desapareceria para dar lugar ao desenvolvimento coletivo das individualidades humanas, naquilo que Marx (2011, p. 589) chamou de “intelecto geral”.

Na medida em que as forças produtivas se desenvolverem, maior será o tempo disponível para os trabalhadores se dedicarem às atividades culturais, esportivas e intelectuais, fazendo com que todos contribuam para a geração de um saber coletivo que é livremente compartilhado entre as pessoas. Haveria dessa forma uma passagem e não uma revolução do capitalismo a outro sistema. Isso aconteceria de forma natural, a partir do esgotamento do próprio capital que invalidaria a luta de classes e forneceria as bases para um arranjo e uma conciliação entre grupos heterogêneos formados pelos trabalhadores imateriais. Assim, se por um lado o trabalho imaterial surge devido ao próprio desenvolvimento das forças produtivas do capital, por outro, ele foge da própria lógica do sistema combatendo as formas de fazer dele um simples trabalho que vise à valorização do valor.

É desse modo que o conhecimento se evidencia como o meio pelo qual se superaria o capitalismo. Estaríamos, então, numa era em que o trabalho não é o condutor da força produtiva, mas o saber social geral – intelecto geral – que pertence a toda humanidade. Ele é a fronteira rumo a uma nova sociedade, segundo os teóricos do trabalho imaterial.

## V CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo de nosso trabalho foi apresentar os principais elementos referentes à teoria do trabalho imaterial. Evidenciamos a necessidade de fazê-lo devido à ampla proporção em que essa temática vem sendo abordada, sobretudo após meados da década de 1970, em virtude do processo de reestruturação produtiva do capital e às suas duras críticas ao paradigma teórico marxista.

Levantamos, nesse sentido, os principais pontos trabalhados nas teses sobre essa teoria e vimos que elas estão alicerçadas em resultados que levam em conta implicações tanto para o modo de produção capitalista quanto para a teoria marxista do valor. Assim, apresentamos três pontos centrais sobre os quais elas se repousam.

Primeiro, a existência de um novo tipo de trabalho, de caráter imaterial, que tem se tornado hegemônico. Vimos que esse trabalho é principalmente caracterizado pela intangibilidade de seus resultados e que são no geral atividades desenvolvidas no setor de serviços. Em segundo, destacamos o caráter imensurável desse trabalho assim como dos produtos por ele gerados, sugeridos nas teses analisadas. A impossibilidade da mensuração é explicada pelos aspectos intangíveis dessa força de trabalho e de seus resultados, centrados na geração de conhecimento e informação, tornando explícita, nessas teorizações, a insuficiência da teoria do valor de Marx. Em terceiro lugar, destacamos o ideal revolucionário que existiria nessa nova força de trabalho, uma vez que ela não é completamente dissociada dos seus meios de produção (os conhecimentos e saberes gerais), consagrando por sua vez o tempo livre como a medida da criação da riqueza social. A teoria do valor trabalho teria, portanto, se tornado ultrapassada na visão desses autores, o que os levam a sugerir uma nova forma de interpretar as relações de produção dos tempos atuais.

Mediante os argumentos expostos, algumas questões se colocam diante de um olhar crítico. Seria condizente com a teoria marxista a noção de um trabalho considerado imaterial? Haveria de fato um tipo de trabalho de cunho material e outro de cunho imaterial, especificados principalmente pelo setor de serviços? Retomando brevemente algumas noções sobre o método

materialista de Marx, vê-se que todo trabalho, pelo fato de ser uma atividade prática humana, deve ser considerado como ação sensível, material e, portanto, distante do campo das ideias<sup>17</sup>. Logo, não seria condizente com essa teoria a existência de um trabalho dito imaterial. Ou ainda, como acertadamente observou Huws (2003, cap. 10), se são pessoas reais com corpos reais contribuindo em tempo real para a produção, é um processo de produção material. Portanto, nesse sentido, qual seria a contribuição teórica de se distinguir trabalhos materiais e imateriais?

A imensurabilidade desse novo tipo de trabalho e dos resultados que ele gera é colocada então como a resposta para descrever a importância da distinção entre formas materiais e imateriais, uma vez que estas últimas escapariam à lógica de mensuração do valor. É nesses termos que alguns autores como Henrique Amorim (2009) e Vinícius de Oliveira Santos (2013) entendem que há nesses estudos sobre o trabalho imaterial uma necessidade exacerbada da quantificação do valor que foge das próprias elaborações desenvolvidas por Marx. Existiria, segundo eles, uma leitura um tanto matematizada e quantitativa da teoria do valor, o que impede que se compreenda as diversas formas de mistificação desenvolvidas pelas relações capitalistas de produção. Isso nos remete à questão de que os trabalhadores do setor de serviços continuam sendo remunerados e cumprindo jornadas de trabalho como qualquer outro. Sendo assim, seriam eles de fato impassíveis de mensuração? As relações de trabalho baseadas no afeto, em comunicação, autonomia e versatilidade de aptidões não são melhores analisadas quando se leva em conta a destreza do capital em se reorganizar sempre que suas taxas de lucro são ameaçadas? Daí não extrairíamos o significado de grande parte das mutações no mundo do trabalho?

Na mesma linha de raciocínio, o suposto aspecto revolucionário dessas novas formas de trabalho não deveria ser questionado quando se verifica que elas estão postas sempre de forma a valorizar o processo de reprodução do capital? E por mais dotadas de habilidades intelectuais que sejam, não continuam esses trabalhadores a serem empregados dentro da lógica desse próprio sistema? Nakatani (2001, p. 140), lucidamente, contribui com essa questão quando afirma que:

As mutações no mundo do trabalho trouxeram formas aparentemente novas. A reestruturação produtiva e a desregulamentação dos mercados de trabalho, decorrentes do aguçamento da competição intercapitalista, reduziram, em parte, o trabalho assalariado aplicado diretamente na produção de mercadorias e expandiram outras formas de trabalho assalariado. A diminuição relativa dos operários industriais, o crescimento de formas precárias e informais não eliminaram a dominância absoluta do trabalho assalariado, pelo menos nas sociedades capitalistas mais desenvolvidas. A forma assalariada do trabalho é fundamental para a produção de riqueza capitalista, mas não é exclusiva nem determinada pelo número de trabalhadores assalariados. Mesmo que ocorra uma redução absoluta do número de trabalhadores assalariados, determinado pelas contradições entre produção e apropriação de valor, não significa o fim do valor e da riqueza capitalista como expressão do trabalho abstrato.

Sendo assim, vemos que a crítica marxista tem se empenhado em responder muitas das questões levantadas pela teoria do trabalho imaterial, demonstrando que apesar desses teóricos dirigirem suas críticas à teoria de Marx, parecem ter realizado uma interpretação estranha desse autor. No entanto, não sugerimos aqui que estas teorizações sejam completamente descartadas. As investigações realizadas pelos teóricos do trabalho imaterial evidenciam pontos

---

<sup>17</sup> É o que fica claro, por exemplo, na crítica que Marx dirige à Feuerbach. Afirma: “O principal defeito de todo materialismo existente até agora – o de Feuerbach incluído – é que o objeto, a realidade, o sensível, só é apreendido sob a forma de objeto ou da contemplação; mas não como atividade humana sensível, como prática, não subjetivamente [...]” (MARX; ENGELS, 2007, p. 533).

extremamente pertinentes para análises que busquem compreender a essência das mutações na produção capitalista que se expressam nas relações de trabalho.

Um ponto essencial, que merece o olhar crítico dos pensadores marxistas, levantado naquelas teorizações refere-se à questão da produção e da apropriação do conhecimento no capitalismo. Aqui referimo-nos aos direitos de propriedade intelectual existentes nas formas de marcas, patentes, direitos autorais, etc. Trata-se de um campo de pesquisa ainda pouco explorado pelo marxismo e que precisa de sua atenção, dado o crescente volume financeiro que vem sendo transacionado mundialmente nessa área. Quais seriam, assim, os impactos dessa produção para as relações de trabalho? Como entender a relação existente entre empresas detentoras de patentes e aquelas direcionadas exclusivamente para a produção do aparato físico desses direitos? Haveria no interior dessa lógica uma estrita produção de valor ou somente apropriação, de forma semelhante ao que ocorre em outras formas autonomizadas do capital<sup>18</sup>? Muitas são as questões que se levantam ao debruçarmo-nos sobre esse tema. Embora alguns autores venham abordando de forma extremamente criteriosa essa temática – como Rodrigo Alves Teixeira, Nelson Rotta (2009) e Leda Maria Paulani (2001) –, há ainda um longo caminho a ser percorrido. Afinal, a mera crítica à teoria do trabalho imaterial não pode ser suplantada pelo marxismo se o mesmo não se empenhar em descortinar as novas relações econômicas que hoje se manifestam.

*Recebido em 03 de maio de 2016.*

*Aceito em 16 de agosto de 2016.*

## REFERÊNCIAS

AMORIM, Henrique. As Teorias do trabalho imaterial: uma reflexão crítica a partir de Marx. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, p. 31-45, 2014.

\_\_\_\_\_. *Trabalho imaterial: Marx e o debate contemporâneo*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2009.

ANTUNES, Ricardo. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

\_\_\_\_\_. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

CARCANHOLO, Reinaldo Antônio. *Elementos básicos da teoria marxista do valor*. Campinas: Centro de Estudos Marxistas, 2005.

DA SILVA, Rafael Alves; FERREIRA, Pedro Peixoto. Considerações acerca do trabalho imaterial e da produção de valor no capitalismo contemporâneo. In: *XXVII Congresso ALAS* (Asociación Latinoamericana de Sociología), Buenos Aires, 2009.

GORZ, André. *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

\_\_\_\_\_. *Metamorfoses do trabalho: busca do sentido: crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume, 2003.

\_\_\_\_\_. *O imaterial conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

HUWS, Ursula. *The making of a cybertariat: virtual work in a real world*. New York: Monthly Review Press, 2003.

---

<sup>18</sup> Capital portador de juros e comercial, por exemplo.

LAZZARATO, Maurizio. Estratégias do empreendedor político. In: LAZZARATO, M.; NEGRI, A. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013a.

\_\_\_\_\_. O ciclo da produção imaterial. In: LAZZARATO, M.; NEGRI, A. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013b.

\_\_\_\_\_; NEGRI, Antonio. Trabalho imaterial e subjetividade. In: LAZZARATO, M.; NEGRI, A. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013.

MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

NAKATANI, Paulo. A questão metodológica na discussão sobre a centralidade do trabalho. *Revista Análise Econômica*, Porto Alegre, v. 19, n. 35, p. 127–144, 2001.

PAULANI, Leda Maria. O papel da força produtiva do trabalho no processo de produção: Uma análise dos dilemas contemporâneos. *Revista de Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 4, n. 31, 2001.

SANTOS, Vinícius Oliveira. *Trabalho Imaterial e a Teoria do Valor em Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; ROTTA, Tomas Nielsen. *Modern Rent-Bearing Capital: New Enclousers, Knowledge-Rent and the Financialization of Monopoly Rights*. New York: [s.n.], 2009.